



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA
DO SEGUNDO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Manifestou-se inicialmente o vereador Mauro Freitas (assumindo a presidência da Mesa o vereador Joaquim Campos) e comentou sobre a proximidade das eleições e que, devido à pandemia, vivia-se um período eleitoral diferente, para o qual ninguém estava preparado. Destacou o crescimento da candidatura de Thiago Araújo a prefeito de Belém, dizendo já saber que isso iria acontecer devido à coligação que o apoiava, incluindo o PSDB, partido do qual fazia parte. Lastimou a traição feita ao PSDB pelos deputados estaduais tucanos Vítor Dias, Cilene Couto, Ana Cunha e Luth Rebelo ao votarem pela rejeição das contas do ex-governador Simão Jatene, relatando pedir desculpas por isso à população nos pronunciamentos feitos durante a campanha. Manifestou estar também decepcionado com o deputado federal Cássio Andrade. Tendo participado como pré-candidato a prefeito das reuniões da coligação que ora apoiava Thiago Araújo, relatou, vira Cássio Andrade comprometer-se a apoiar o candidato escolhido pelo grupo. Infelizmente, por não ter sido o escolhido para concorrer à Prefeitura de Belém, Cássio Andrade não cumpriu o que prometera. Elogiou depois a atitude do vereador Paulo Queiroz, que deixou o PSDB após vinte e quatro anos no partido e passou a defender outras cores, escolhendo outro caminho. Entretanto, continuou, não considerava admissível a atitude dos deputados estaduais anteriormente citados, pedindo ao deputado federal Nilson Pinto, presidente do PSDB no Pará, que os expulsasse do partido. Expressou admirar os homens públicos que têm coerência, relatando ter deixado o PSDC porque o presidente do partido no Pará, Abraão Benassuly, dormia e acordava com o ex-governador Simão Jatene, mas, repentinamente, passou a apoiar Hélder Barbalho – foi para o outro lado e queria levá-lo junto, o que recusou, filiando-se ao PSDB. Declarou estar feliz por defender o amarelo do partido e continuar a apoiar Simão Jatene e o prefeito Zenaldo Coutinho, não tendo e nem ambicionando ter cargo no governo estadual. Findo seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa. Subiu então à tribuna o vereador Joaquim Campos e saudou a população que o apoiava, especialmente nos bairros do Jurunas, Guamá, Condor e Terra Firme, pessoas que o acompanhavam havia muitos anos. Reportou ter envidado esforços para melhorar a situação nesses bairros, destinando a eles requerimentos solicitando, por exemplo, a reforma e a construção de pontes. Voltara então a visitar, em campanha, as localidades neles existentes, tendo distribuído folhetos informando tudo que fizera durante seu mandato em prol do povo dessas áreas. Avaliou ser compreensível, durante o período eleitoral, que os políticos trocassem de partido, relatando, porém, ter saído apenas uma vez do MDB, a pedido do presidente do partido, para apoiar o PHS, tendo ajudado a eleger Igor Normando deputado estadual. Em consequência, Pablo Farah assumiu o mandato de vereador e teve bom desempenho, estimou, afirmando que teria sido melhor se exercesse o mandato desde o início, pois produziu muito mais que seu antecessor. Contou que, em decorrência de seu trabalho como apresentador na televisão, obtivera votos em toda a cidade, não tendo um reduto eleitoral específico, como ocorria com parte dos vereadores. Saía então às ruas pedindo votos, mas tinha o cuidado de não visitar as localidades onde atuavam outros membros deste parlamento. Não pedia votos também aos policiais civis porque sabia que o vereador Pablo Farah atuava em defesa da categoria, acrescentou. Agradeceu pelo carinho e confiança dos eleitores no pleito anterior, quando fora muito bem votado em todos os bairros de nossa capital. Subiu depois à tribuna o vereador Zeca Pirão e lamentou que um vereador tentasse denegrir a imagem de seus colegas nesta Casa ao fazer campanha nos bairros. Julgou ser um engano achar que maculando a imagem de outro vereador e desfazendo do trabalho que ele realizava se conseguisse ganhar votos. Particularmente em seu caso, garantiu, quem assim agisse só teria a se prejudicar porque às sete horas da manhã já estava andando e conversando com os moradores. Estes reagiam negativamente

quando outros vereadores vinham à localidade falar besteiras, chegando a expulsá-los da rua, criando uma situação ruim. Cada vereador deveria trabalhar em seu bairro, sem tentar prejudicar a imagem de qualquer colega, opinou. Expressou que gostava de todos os seus pares no parlamento, tinha um carinho muito grande pelo vereador Sargento Silvano e conversaria com ele sobre o que ocorrera no bairro da Maracangalha. Em época de eleição, ponderou, as pessoas perdiam a noção, esqueciam as amizades, esqueciam o que vivenciaram juntas. Não agia desse modo, assegurou, sendo coerente e respeitoso, não falava mal de vereador algum, apenas trabalhava e deixava outros trabalharem. Externou estar muito feliz atualmente porque os vereadores estavam mais nas ruas ajudando a população, envolvendo-se na área social, o que era muito bom para a cidade. Aos vereadores cabia fundamentalmente legislar e fiscalizar, mas deveriam também ajudar o povo se pudessem fazê-lo, declarou. Empenhava-se em ajudar as pessoas havia trinta anos e continuaria a agir assim enquanto tivesse saúde e continuasse na política, asseverou, recebendo sempre o reconhecimento e o carinho do público por onde passava. Reputou ser de grande valor a atual legislatura da CMB, desejando que os demais vereadores atingissem seus objetivos e se reelegessem, sob a proteção de Deus. Assumiu posteriormente a palavra o vereador Wilson Neto e pediu que o projeto criando o Programa Bolsa Atleta – de sua autoria, coassinado pelo vereador Mauro Freitas - entrasse em pauta nesta Casa. Lembrou que os recursos para sua realização foram garantidos por um projeto aprovado anteriormente, de autoria do vereador Mauro Freitas, trazendo para a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - Sejel os recursos advindos da venda de bebidas alcoólicas nos estádios esportivos em nossa capital. O Programa Bolsa Atleta existia em nível estadual e federal e sua criação em nosso município representaria o resgate de uma dívida histórica, argumentou, fomentando o esporte e ajudando a custear despesas dos atletas com alimentação, passagens, tratamento de saúde e outras, permitindo-lhes atuar em pé de igualdade com esportistas de outras regiões do país. Manifestou acreditar que o esporte tem um poder transformador na sociedade, servindo como um instrumento de inclusão social. Pediu que o projeto criando o Programa Bolsa Esporte, tão logo tramitasse pelas comissões desta Casa, viesse ao plenário e fosse aprovado e assim se entregasse à população de Belém uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento do esporte em nossa cidade. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah agradeceu por fazer parte deste parlamento, avaliando que, com desenvoltura, conseguiu-se dar resposta a muitas demandas da sociedade. Reconheceu ser necessário avançar em muitos aspectos, citando entre eles cidadania, saneamento, habitação e creches. Lamentavelmente, observou, Belém perdeu a referência de cartão postal da Amazônia com o desenvolvimento de Manaus e de outras capitais. Entretanto, postulou, nossa cidade tem um poder grandioso no comércio, no turismo e isso deveria ser fomentado, ressaltando que o turismo gera emprego e renda. Nesse sentido, criticou a retirada em Mosqueiro de todas as agências bancárias, públicas e privadas, questionando como poderia se desenvolver desse modo a atividade turística nos distritos de nossa capital. Referiu inspirar-se, em sua atuação parlamentar, nas grandes lideranças existentes nesta Casa, como os vereadores Mauro Freitas e Zeca Pirão, agindo sem atacar a reputação de ninguém e trazendo a este parlamento pautas positivas. A tarefa de julgar os políticos que não tinham compromisso com a sociedade cabia ao povo e não se devia tentar crescer politicamente em cima da desgraça dos outros ou apontando o dedo para os outros, pontificou. O vereador deveria cobrar do prefeito e dos secretários municipais, deveria ter coragem e não ser submisso ao Executivo Municipal, afirmou. Grandes pautas positivas foram construídas com o prefeito Zenaldo Coutinho, sustentou, ressaltando não ter vindo a este parlamento para brigar, mas para cobrar pela população. Comunicou ter suspendido as carreatas em sua campanha eleitoral devido à pandemia, mas continuaria a visitar seus eleitores, voltando à política que se fazia trinta anos atrás, conquistando o voto no olho a olho. Não usava o poder econômico para comprar votos e queria estar nas feiras, nos salões e lugares públicos sem ser achincalhado. Ressaltou, porém, que não aceitaria ser execrado em praça pública por ser um parlamentar. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima reportou-se à decapitação de um bebê durante o parto na Santa Casa de Misericórdia e à fratura sofrida por outra criança na hora do parto (ocorrida no Hospital da Ordem Terceira), eventos ocorridos recentemente. Sendo enfermeira havia trinta e cinco anos, relatou, já conduzira muitos partos, inclusive em barcos e em táxi, sabendo então não ser uma tarefa fácil, pois dependia de muitos fatores – tamanho da criança, condições de saúde da mãe, condições do local onde o parto acontece, realização ou não de acompanhamento pré-natal. Considerou então muito complicado condenar os profissionais que participaram dessas operações sem conhecer as condições em que elas ocorreram. Tendo trabalhado nos municípios de Breves e Portel logo após a formatura, inteirou, teve a oportunidade de verificar que mulheres jovens chegavam ao hospital ou à maternidade com o trabalho de parto finalizado, estando o bebê em posição distócica. Esta é uma situação anormal do parto, sendo muito complicado para o profissional de saúde determinar o exato momento em que deve fazer a operação cesariana ou não, visto que frequentemente não dispõe dos exames necessários para avaliar, explicou. Em todo caso, continuou, percebe-se a necessidade de melhores condições de atendimento para as gestantes, durante o pré-natal e na hora do parto. Recordou ter apresentado, em 2019, nesta Casa um projeto de lei dispondo sobre a violência obstétrica, que infelizmente não foi

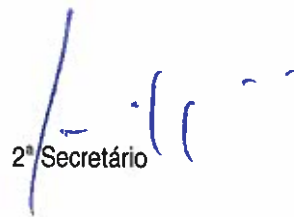
aprovado. Clamou para que em 2021 tivéssemos uma casa de parto em Belém, onde as mulheres tivessem mais tranquilidade no parto e os profissionais de saúde tivessem segurança. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro fez menção à quantidade de obras que estavam paralisadas, abandonadas pela Prefeitura de Belém. Discorreu que o prefeito Zenaldo Coutinho, para aumentar a preferência por seu candidato ao governo municipal, começou a fazer várias obras no final do mandato, mas não fora capaz de levá-las adiante. Conseguiu apenas asfaltar o asfalto, ao custo de 193 milhões de reais, acusou, realizando o asfaltamento de vias que ainda não precisavam receber nova pavimentação. Infelizmente para o prefeito, apontou, isso não estava dando certo porque tinha 81% de rejeição entre o eleitorado e nem mesmo Thiago Araújo, candidato por ele apoiado para sucedê-lo, queria sua participação nos programas eleitorais. Desmentiu depois a afirmação de Zenaldo Coutinho de que teria ocorrido somente um caso de Covid-19 nas escolas públicas municipais de Belém, recordando ter denunciado anteriormente da tribuna a ocorrência de vários casos da doença em escolas de Mosqueiro. Notificou depois ter recebido denúncia de que na Escola Municipal Alfredo Chaves, em Icoaraci, havia casos de Covid-19, mas a Secretaria Municipal de Educação – Semec insistia na manutenção das aulas. Denunciou depois que na Escola Municipal Ayrton Sena, no Parque Guajará, não havia água no dia anterior, não havia porteiro, não era feita a verificação da temperatura de alunos, professores e demais servidores e muitas salas estavam sem ventilador, mas as aulas estavam mantidas. Alertou para o aumento dos casos de infecção por coronavírus na cidade, considerando que a PMB agia irresponsavelmente ao manter o calendário escolar. Observou que o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública no Pará – Sintepp já indicara que em pelo menos trinta escolas haviam sido detectados casos de Covid-19. Não havia problema em voltar atrás ao se verificar que o retorno às atividades não dera certo, tendo humildade e respeito com a vida, afirmou, pedindo ao prefeito Zenaldo Coutinho que reconsiderasse. Participou que faria um requerimento solicitando à Semec que informasse qual seria o protocolo adotado para o retorno às aulas na rede municipal de ensino de Belém. Findo este pronunciamento, o vereador John Wayne assumiu a presidência da Mesa. O vereador Mauro Freitas subiu então à tribuna, falando pela liderança do PSDB, e disse que a população de Belém estava muito satisfeita com o asfaltamento das vias realizado pela PMB, salientando que Zenaldo Coutinho não era candidato à reeleição. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Paulo Queiroz, Rildo Pessoa e Nehemias Valentim. Findo seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa. Pela liderança do Governo, o vereador Wilson Neto subiu à tribuna e expôs não criticar o trabalho feito seguindo premissas técnicas. O prefeito Zenaldo Coutinho não fizera o asfaltamento das vias de Belém a seu bel prazer, ajuizou, pois seguira a orientação dos técnicos na área. As obras que estavam sendo feitas na cidade tinham recurso garantido para sua finalização, recurso obtido através de empréstimo autorizado por este parlamento, estavam sendo acompanhadas, fiscalizadas e seriam entregues, assegurou. As obras que não fossem entregues, continuou, seriam repassadas à próxima gestão com fundo de caixa. Externou ficar espantado com as críticas feitas à gestão de Zenaldo Coutinho porque foram seguidos todos os procedimentos corretos para a obtenção dos recursos necessários à consecução das obras, ao contrário do que ocorreu na gestão de Edmilson Rodrigues, que entregou a Duciomar Costa uma prefeitura falida. Ao iniciar seu mandato, prosseguiu, Zenaldo Coutinho ainda assumiu a confusão herdada das gestões municipais anteriores de Edmilson Rodrigues e Duciomar Costa. O prefeito que assumisse a PMB no ano seguinte, afirmou, receberia uma cidade saneada, organizada do ponto de vista de suas finanças, com dinheiro em caixa para fazer investimentos. As críticas feitas à atual gestão municipal tinham por base a desinformação, declarou, com motivações eleitoreiras e ideológicas. Não havia obras paradas ou abandonadas, testificou, pois apesar de eventuais atrasos ou diminuição do ritmo de trabalho os recursos estavam garantidos para a finalização. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 62ª e 64ª, do 2º Período da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Retomou-se depois a votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Globo.com, intitulada “Polícia investiga fraudes na compra de respiradores pela Prefeitura de Belém”. Posto em votação nominal, o requerimento foi aprovado por maioria, com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção. Justificou seu voto o vereador Henrique Soares. Posteriormente, o presidente Mauro Freitas propôs que – havendo vereadores presentes em plenário em número suficiente para a formação de quórum qualificado - a Primeira Parte da Ordem do Dia fosse encerrada, passando-se logo à Segunda Parte da Ordem do Dia, e que os projetos em pauta passíveis de discussão e votação fossem votados em bloco. Frisou que, havendo oposição declarada de algum vereador a um projeto específico, este seria aprovado por maioria, explicitando-se esta oposição, sendo tal proposição aceita pela plenária. Encerrou-se então a Primeira Parte e iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os seguintes projetos de lei: projeto que “Denomina de Praça Raimundo Farah, situada na Rua Boaventura da Silva esquina com a passagem Professor Honorato Filgueira, localizada no bairro de Fátima”, constante no



Processo nº 1996/19, de autoria do vereador Pablo Farah; projeto que "Dispõe sobre a obrigatoriedade das entidades reconhecidas como de Utilidade Pública do Município de Belém de comprovar anualmente o seu funcionamento", constante no Processo nº 1435/18, de autoria do vereador Adriano Coelho; projeto que "Institui a Semana de Valorização e Empoderamento da Mulher Indígena", constante no Processo nº 542/18, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto que "Institui o Diploma do Mérito pela Vida – Heróis da Pandemia Covid-19, no Município de Belém", constante no Processo nº 731/20, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação do serviço 'Disk Denúncia 180' em banheiros femininos de cafés, supermercados, shoppings, terminais rodoviários e aquaviários, ônibus urbanos, restaurantes, bares, boates, casas de eventos e similares no município de Belém", constante no Processo nº 1500/19, de autoria do vereador Emerson Sampaio; projeto que "Institui o Diploma Pedro Casaldáliga", constante no Processo nº 949/20, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 02, de 19 de julho de 1999, que 'Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém', Lei Complementar de Controle Urbanístico - LCCU", constante no Processo nº 883/20, de autoria do vereador Nehemias Valentim; projeto que "Dispõe sobre a denominação de logradouros e prédios públicos sob o domínio ou gestão municipal, em coerência com os valores democráticos", constante no Processo nº 087/17, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que "Dispõe sobre a denominação da Rua Marielle Franco, localizada no Bairro do Benguí e no Bairro Mangueirão em Belém, constante no Processo nº 404/19, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que "Institui no município de Belém a mudança da nomenclatura da Rua Praça do Carmo para Rua Carlos Alberto Rocque", constante no Processo nº 986/20, de autoria do vereador Pablo Farah; projeto que "Denomina Praça Katsuhiko Migiyama a praça localizada no Conjunto Pedro Teixeira II, entre a Rua A e Rua B, no bairro do Coqueiro", constante no Processo nº 518/20, de autoria do vereador Igor Andrade; projeto que "Institui a fixação de placa informando o número telefônico do Conselho Tutelar nos estabelecimentos de ensino público e privado da rede municipal de Belém", constante no Processo nº 1043/16, de autoria do vereador Dr. Elenilson; projeto que "Dispõe sobre o direito das pessoas, que mantém união estável homoafetiva, à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação popular", constante no Processo nº 501/18, de autoria do vereador Joaquim Campos; projeto que "Assegura a livre circulação de voluntários para a prestação de auxílio a animais em situação de rua, em decorrência da pandemia do coronavírus", constante no Processo nº 517/20, de autoria do vereador Paulo Queiroz; projeto que "Dispõe sobre a lei Paulo Fonteles Filho, que determina a aplicação de penalidades à prática de assédio moral no âmbito da administração pública municipal", constante no Processo nº 894/18, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que "Dispõe sobre a instalação de pias em locais de grande fluxo de pessoas e em estabelecimentos que especifica", constante no Processo nº 455/20, de autoria do vereador Rildo Pessoa; projeto que "Dispõe sobre o atendimento preferencial aos contadores nas repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos", constante no Processo nº 944/20, de autoria do vereador Mauro Freitas; projeto que "Dispõe sobre cobranças por estimativa realizadas pela concessionária fornecedora de energia elétrica, no âmbito do Município de Belém", constante no Processo nº 341/19, de autoria do vereador John Wayne. Na discussão, não houve oradores. Postos em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade, em bloco, com vinte e quatro votos favoráveis. O presidente declarou então aprovados os projetos de lei constantes nos processos de números 1996/19, 1435/18, 542/18, 731/20, 1500/19, 949/20, 883/20, 087/17, 404/19, 986/20, 518/20, 1043/16, 501/18, 517/20, 894/18, 455/20, 944/20 e 341/19. Em seguida, não havendo mais matéria passível de discussão e votação, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às dez horas e vinte e cinco minutos. Estavam licenciados os vereadores Amaury da APPD e Toré Lima. Justificou sua ausência o vereador Dr. Elenilson. Estiveram presentes os vereadores: Marciel Manão, pelo Avante; Gleisson Silva, pelo PSB; Biéco e Pablo Farah, pelo PL; John Wayne, Zeca Pirão, Joaquim Campos e Paulo Queiroz, pelo MDB; Celsinho Sabino, pelo bloco PSC – PPS; Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD – PTC; Nehemias Valentim, Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Rildo Pessoa, pelo PTB; Wilson Neto, pelo PV; Henrique Soares, pelo PDT; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Fabrício Gama, pelo PMN; Simone Kahwage, pelo Cidadania. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 21 de outubro de 2020.


1º Secretário


Presidente


2º Secretário

